



# CONGRESSO NACIONAL

## VETO TOTAL Nº 2, DE 2012

Aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2007**  
**(nº 6.822/2010, na Câmara dos Deputados)**  
**(Mensagem nº 3/2012-CN – nº 7/2012, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 6.822, de 2010 (nº 618/07 no Senado Federal), que “Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel”.

Ouvidos, a Secretaria-Geral da Presidência da República e os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Justiça manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei pelas seguintes razões:

“A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade. Além disso, no caso específico, as exigências podem representar obstáculos imediatos à inclusão social e econômica dos profissionais, sem que lhes seja conferido qualquer direito ou benefício adicional, uma vez que as atividades relacionadas aos catadores já estão definidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, permitindo o reconhecimento e o registro desses profissionais.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de janeiro de 2012.

Assinatura manuscrita de Henrique Alves, Presidente do Senado Federal.

PROJETO VETADO:  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2007  
(nº 6.822/2010, na Câmara dos Deputados)

Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta as profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel, estabelece os requisitos para o exercício dessas atividades e determina seu registro no órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício das atividades profissionais de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel, desde que atendidas as exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º Para efeito desta Lei, consideram-se:

I - catador de materiais recicláveis, aquele que, de forma autônoma ou como associado de cooperativa ou associação, faz a cata, a seleção e o transporte de material reciclável, nas vias públicas e nos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviço, públicos ou privados, para venda ou uso próprio do material recolhido;

II - reciclador de papel, aquele que, de forma autônoma ou como associado de cooperativa ou associação, desenvolve a atividade de reciclagem de papel para venda ou uso próprio, no âmbito de seu domicílio ou em locais adequados para esse fim.

Art. 4º O exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel depende de registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em cuja jurisdição são exercidas suas atividades.

Art. 5º O registro será concedido mediante a apresentação pelo interessado dos seguintes documentos:

- I - prova de identidade;
- II - prova de estar em dia com as obrigações eleitorais; e
- III - prova de quitação com o serviço militar, quando este for obrigatório.

Parágrafo único. Se o trabalhador for menor, a efetivação do registro de que trata o caput fica condicionada ao disposto no § 2º do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 618, DE 2007  
(nº 6.822/2010, na Câmara dos Deputados)

EMENTA: Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.

AUTOR: Senador Paulo Paim

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 25/10/2007 – DSF de 26/10/2007

COMISSÃO:  
Assuntos Sociais

RELATOR:  
Sen. Renato Casagrande  
(Parecer nº 2.881, de 2009-CAS)

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Ofício SF nº 168, de 10/2/2010

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEITURA: 11/2/2010 – DCD de 2/3/2010

COMISSÕES:

Trabalho, de Administração e Serviço Público

Finanças e Tributação

Constituição e Justiça e de Cidadania

RELATORES:

Dep. Daniel Almeida

Dep. Charles Lucena

Dep. Marçal Filho

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:

Mensagem CD nº 35, de 21/12/2011

**VETO TOTAL Nº 2, DE 2012**

aposto ao

**Projeto de Lei do Senado nº 618, de 2007  
(Mensagem nº 3/2012-CN)**

**Veto publicado no D.O.U - Seção 1, de 10/1/2012**

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Publicado no DCN, em 8/11/2012.